



JUVENTUDE NEM-NEM: uma análise comparativa entre Brasil e Espanha

NEET YOUTH: a comparative analysis between Brazil and Spain

ARTIGO

Pedro Desidério Checchettoⁱ

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
PUC/SP - Brasil

E-mail: pedrodesideriochecchetto@gmail.com

Elisa Zaneratto Rosa

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
PUC/SP - Brasil

E-mail: elisazrosa@pucsp.br

Jordi Domingo Coll

Universidade de Lleida (UdL) – Catalunha
Espanha

E-mail: jordi.domingo@udl.cat

RESUMO:

This article analyzes the condition of youth and youth-focused policies in Spain and Brazil, focusing on young people who are neither working nor studying, referred to as "**NEET youth**". To this end, it utilizes data and readings from academic articles and public agencies, organized into three stages of analysis: the historical and social context related to youth conditions in both countries; the overview of the youth population and investment in education and work policies in Brazil and Spain; and ongoing youth programs within the framework of the policies of these countries aimed at addressing the issue. The study reveals that Spain experienced an increase in the rate of NEET youth after the 2008 crisis, while in Brazil, the situation worsened primarily due to the political and economic crisis starting in 2016. However, by 2022, this rate had decreased in Spain but increased in Brazil. The difference in educational investment between the countries is significant, with Brazil investing less per student compared to Spain. The programs implemented in each country encompass aspects specific to the conditions related to the phenomenon, indicating the respective countries' attempts to mitigate youth unemployment and inequality. The conclusions highlight the need for effective public policies and greater investment in education to improve youth conditions and reduce inequalities.

Keywords: NEET Youth, Public Policies, Education, Spain, Brazil

ABSTRACT:

*This article analyzes the condition of youth and youth-focused policies in Spain and Brazil, focusing on young people who are neither working nor studying, referred to as "**NEET youth**". To this end, it utilizes data and readings from academic articles and public agencies, organized into three stages of analysis: the historical and social context related to youth conditions in both countries; the overview of the youth population and investment in education and work policies in Brazil and Spain; and ongoing youth programs within the framework of the policies of these countries aimed at addressing the issue. The study reveals that Spain experienced an increase in the rate of NEET youth after the 2008 crisis, while in Brazil, the situation worsened primarily due to the political and economic crisis starting in 2016. However, by 2022, this rate had decreased in Spain but increased in Brazil. The difference in educational investment between the countries is significant, with Brazil investing less per student compared to Spain. The programs implemented in each country encompass aspects specific to the conditions related to the phenomenon, indicating the respective countries' attempts to mitigate youth unemployment and inequality. The conclusions highlight the need for effective public policies and greater investment in education to improve youth conditions and reduce inequalities.*

Keywords: NEET Youth, Public Policies, Education, Spain, Brazil

Editor deste número:

Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

A partir do século XIX as sociedades modernas apresentaram a necessidade de dividir o curso da vida de maneira cronológica e a organização por idade biológica passou a estruturar os critérios de atribuição de direitos e deveres aos cidadãos (Francisco; Groppo, 2016). A noção de juventude, contudo, tal como a conhecemos, foi se constituindo e fortalecendo para além da categoria meramente etária. Trata-se de categoria sociológica e de identidade, produzida especialmente a partir das políticas de universalização do ensino, da afirmação da importância de conclusão da formação escolar e universitária e da expansão do ensino superior ocorrida ao longo do século XX (Abramo, 1997; Soares, 2007). A principal abordagem do capital humano sobre a categoria juvenil se constituiu como população propícia para altos investimentos, uma vez que haverá mais tempo de recuperação dos custos a longo prazo (Tillmann; Coimim, 2016).

Um importante marcador, que tem recebido protagonismo nas investigações e sido utilizado como um instrumento de avaliação das condições de vida dos jovens no mundo é o termo *nem-nem*, que se refere ao fenômeno do jovem que não estuda, não trabalha e não tem procurado emprego. Teve origem na década de 1980, no Reino Unido, sendo utilizado em países de língua inglesa como NEET (*neither in employment nor in education or training*), nos países de língua espanhola como “ni-ni” (*ni estudian ni trabajan*), e nos países de língua portuguesa como *nem-nem* (nem estudam, nem trabalham), alertando para o impacto negativo que a ociosidade juvenil pode ter sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país.

Soler *et al.* (2013) destacam que, após a crise de 2008, identificada por muitos economistas como a pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão e o aumento significativo de jovens “nem-nem” na Espanha, houve uma obsessão midiática em torno do tema. Esse fenômeno passou a ser amplamente estudado e os jovens “nem-nem” se tornaram símbolo de uma “geração perdida”, imersa na grave crise econômica que assolava o país. A crise de 2008, oriunda do setor imobiliário, afetou profundamente alguns países da União Europeia, especialmente os chamados PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) e na Espanha, a população juvenil teve suas condições de vida impactada durante esse período e nos anos subsequentes, tendo sido então o país europeu com os maiores índices de jovens *nem-nem*, com altos índices de desemprego juvenil e abandono escolar precoce. O período pós-crise de 2008 na Espanha também foi marcado pelo aumento dos problemas relacionados à saúde mental da população jovem (Pinto, 2015; Medel-Herrero; Gomez-Beneyto, 2017; OCDE, 2023; BBVA, 2023).

Naquele período, o Brasil, embora enfrentasse desafios em larga escala que afetavam a condição juvenil, historicamente marcada por profundas desigualdades, vivenciava em 2008 e anos posteriores benefícios gerados por um ciclo de crescimento econômico que permitiram ao país a expansão da capacidade de investimento público e de políticas sociais de inclusão. Já na segunda década dos anos 2000, em especial a partir de 2014, a crise político-econômica, a ascensão de um governo de extrema-direita, a imposição de políticas de austeridade com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 e a redução de gastos sociais proporcionou forte impacto para os jovens, sobretudo de baixa renda. Não por acaso, o Brasil apresentou no ano de 2022, entre 37 países analisados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a marca de segundo país com o maior índice de jovens fora do mercado de trabalho e do estudo, atrás somente da África do Sul (Cardoso, 2013; Abramo, 2014; Bock; Perdigão; Kulnig, 2022; Rosa; Gonçalves, 2022).

Nesse sentido, o presente artigo é fruto de uma investigação de doutorado, cuja pesquisa é desenvolvida no Brasil e teve parte de sua realização na Espanha, particularmente na região da Catalunha. O objetivo do estudo apresentado é comparar e analisar aspectos das condições da juventude no Brasil e na Espanha, focando em elementos como a taxa de jovens “nem-nem”, suas implicações socioeconômicas, os investimentos em políticas educacionais e de trabalho, além das novas proposições em termos de política pública para os próximos anos. Buscamos identificar as diferenças e possíveis semelhanças nas experiências dos jovens em cada território e como ambos os países enfrentaram as crises econômicas mais recentes que impactaram a condição juvenil. A pesquisa pretendeu contribuir para a observação mais detalhada dos fatores que influenciam e contribuem no entendimento de atuação das políticas para o cuidado dos jovens.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma análise documental a partir de estudos acadêmicos e documentos relativos à condição da juventude e às políticas para essa

população em ambos os países. Sobre a análise documental, trata-se de técnica de pesquisa que envolve a investigação sistemática de documentos para extrair informações relevantes e interpretar dados. Os documentos foram textos escritos, arquivos digitais e materiais históricos, com o objetivo de identificar padrões, categorias ou conceitos que contribuam para a compreensão do fenômeno pesquisado. Essa metodologia se caracteriza pela interpretação crítica dos conteúdos documentais, considerando seu contexto, autenticidade e representatividades, sendo amplamente utilizada em pesquisas acadêmicas, especialmente nas ciências humanas, por permitir acesso a informações históricas, políticas ou culturais sem a necessidade de coleta de novos dados (Junior, E. *et al.*, 2021). A análise foi dividida em três etapas principais:

- *Análise histórica*: nesta fase, foram coletados e analisados dados sobre a trajetória e contextos socioeconômicos e políticos do Brasil e da Espanha a partir do século XX, com foco tanto em seu desenvolvimento histórico quanto nas condições atuais. Para isso, foram consultados relatórios governamentais e estudos acadêmicos. O objetivo foi compreender a evolução histórica de condições desses países que se relacionam à construção de políticas públicas que impactam a juventude.

- *Panorama atual da juventude*: a segunda parte aborda o panorama atual dos jovens em ambos os países, destacando dados como a proporção de jovens na condição de "nem-nem", o investimento educacional, o desemprego juvenil e as desigualdades decorrentes dos perfis mais afetados por esses processos. A análise se baseou em documentos oficiais que mensuraram esses dados recentemente.

- *Políticas Atuais*: por fim, foi realizada análise sobre as políticas recentemente implementadas em ambos os países direcionadas para a juventude. Referente ao Brasil, discutimos o recém-implementado programa "Pé-de-Meia" e o "Plano Juventude Negra Viva", enquanto na Espanha a continuidade do "Programa de Garantia Juvenil na Espanha" e a criação do Ministério de Infância e Juventude. A análise contextual proporcionou um panorama geral, enquanto a revisão das políticas e a avaliação do investimento ofereceram *insights* sobre as intervenções específicas e seus efeitos.

Essa investigação não apenas se insere no contexto de análises comparativas internacionais sobre juventude, mas também busca contribuir para o entendimento das interações entre políticas públicas e a realidade vivenciada pelos jovens em diferentes contextos socioeconômicos. Ao trazer um panorama detalhado sobre as experiências do Brasil e da Espanha, o estudo visa oferecer subsídios para a formulação de políticas mais eficazes e inclusivas, considerando as especificidades culturais, econômicas e históricas de cada país. Dessa forma, pretende-se avançar na construção de conhecimentos que possam ser aplicados tanto em nível local quanto global, com foco no fortalecimento de direitos e oportunidades para a juventude.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA CONDIÇÃO JUVENIL ESPANHOLA E BRASILEIRA

Assim como o seu vizinho ibérico, Portugal, a Espanha viveu sob um regime autoritário até os anos de 1970. Após a Guerra Civil Espanhola, em 1933 o General Franco assumiu o governo do país sob um punho pesado. Logo no início do seu governo, foram criadas as "Frente de Juventudes" (FJ), organização juvenil que visava a propagação de valores do regime franquista aos jovens espanhóis, que propunha, além de iniciação política, atividades de educação extracurriculares, excursões, acampamentos e uma radical separação entre homens e mulheres durante as atividades. A partir dos anos 1950, com o fortalecimento das relações da Igreja Católica com o regime houve a ampliação dos colégios católicos, assim como o de atividades extracurriculares, fortalecendo então a ideia do nacionalismo católico do estado espanhol. Na década de 1960, com a rápida e exponencial expansão das Universidades Trabalhistas no país, a Igreja Católica foi perdendo pouco a pouco o controle sobre seu processo institucional. Nesse momento, cria-se uma massa de jovens estudantes e professores afinados com a revolução cultural. As universidades viviam clima de efervescência política, havendo nesses ambientes forte oposição ao regime (Comas Arnau, 2007; Steinberg; Ruiz, 2022)

A expansão dos direitos sociais na Espanha se deu, em especial, após sua redemocratização, em 1976, com significativa ampliação de investimento público e potencialização de políticas públicas de proteção (Draibe, 2007; Oliveira; Wolf; Palludeto, 2016). Houve nesse período considerável avanço no índice de escolaridade entre os jovens e da expansão dos

anos de ensino até o início da entrada na vida profissional, acompanhando assim um processo que ocorria em boa parte do mundo com a consolidação do Estado de Bem-estar Social¹.

A crise de 2008 representou o colapso de um modelo de crescimento econômico na Espanha. Disparada pela crise da bolha imobiliária, o país mergulhou em uma forte recessão nos anos subsequentes, além de intensas políticas de austeridade. Como impacto negativo para a população, houve o aumento do nível de desemprego, diminuição de renda e dos direitos dos trabalhadores e com uma população envelhecida muitos aposentados tiveram seus rendimentos reduzidos. Nos anos seguintes à crise, o risco de pobreza juvenil na Espanha se elevou de maneira considerável, tornando-se entre os países desenvolvidos um dos com maior queda de renda e atraso na possibilidade de emancipação da juventude, com elevação significativa das taxas de desemprego entre os jovens de até 29 anos. No ano de 2011, o movimento 15-M, de jovens ativistas, ocupou a região central das principais cidades da Espanha, se opondo à imagem de jovens nem-nem e dizendo que, mesmo com trabalhos precarizados e condições estáveis, estavam trabalhando e estudando, diferente da propagação midiática (Soler; Planas; Feixa; 2013). Nos últimos anos, entretanto, tem havido relevante melhora desse cenário, ainda que quando observados os números de boa parte de seus vizinhos europeus haja taxas mais elevadas quanto à idade de emancipação e índice comparativamente elevado de desemprego dos jovens (OCDE, 2014; Pinto, 2015; CJE, 2018; Titton; D'agostini, 2019).

Já o Brasil, após séculos de colonização, escravidão e a transição de Império para República, chegou ao século XX como um país fundamentalmente agrário. Entre os seus principais impulsos de modernização houve pelos abolicionistas a substituição do trabalho escravo para o assalariado e a substituição do primitivismo agrarista por agenda transformista na passagem para a sociedade urbana e industrial. Com a Ditadura Militar de 1964, ocorreu a continuidade dessa passagem iniciada no Governo Vargas após a revolução de 1930, contudo, o bloqueio das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (agrária, tributária e social) perpetuou uma enorme desigualdade típica de um país de capitalismo periférico. Esse processo caracterizou o Brasil, assim como outros da América Latina, como um país de industrialização tardia em relação aos países ricos e industrializados. A transição da sociedade rural para a urbana e industrial ocorreu com taxas semelhantes ao continente europeu quanto a mobilidade social e crescimento econômico. Se até a década de 1930, o Brasil não chegava a alcançar 1% do PIB mundial, quando ainda predominava a sociedade agrária, com a passagem para a sociedade urbana e industrial entre as décadas de 1930 e 1970, a participação do país no PIB do mundo foi multiplicada e alcançou número três vezes maior. Contudo, esse crescimento não garantiu ao Brasil e à América Latina equânimes oportunidades de promoção social e, em específico, no Brasil e no México, os índices de disparidade econômica se mantiveram bem agravados (Pochmann, 2020; Fachelli *et al.*, 2021).

Referente às políticas para a infância e juventudes, o primeiro código de menores se deu na esteira do processo de modernização em 1927, estabelecendo diretrizes penais e legais para indivíduos até os 18 anos. Somente em 1979, durante o período de Ditadura Militar, houve atualização do código, (Brasil, 1927; 1979; Passetti; 2018), mas as discussões sobre o limite tênue entre infância e juventude se seguiram no final dos anos 1980 durante a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual se estabeleceu o entendimento de que jovem é quem está na faixa etária de 15 a 29 anos. Junto com a redemocratização do país, em 13 de julho de 1990 entrou em vigência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069) destinando atenção integral de maneira prioritária à população de 0 a 18 anos. Por sua

¹ Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, houve o início da Guerra Fria e a disputa entre modelos sociais e econômicos. Ocorreu então, especialmente na Europa Ocidental, mas também em regiões periféricas do capitalismo, (embora de maneira mais lenta e distinta, como é o caso da América latina) a expansão de sistemas de assistência social e proteção, o chamado *Welfare State*. Foi se organizando um modelo no qual o Estado garantiria um padrão mínimo de vida ao conjunto dos cidadãos, através da oferta generalizada de serviços de educação, saúde, transporte, habitação e trabalho. Esse modelo, possível num momento específico do desenvolvimento do capitalismo e sua chamada “Era de Ouro” começou a dar sinais de esgotamento a partir da década de 1970. Foi nessa década que o ritmo do crescimento econômico dos países se desacelerou, havendo então crises econômicas, como a “Crise do Petróleo em 1973 na qual evidenciou-se que a “domesticação” do capitalismo ocorrida naquele período fora possível apenas de maneira temporária. O processo de globalização, sob a liderança do capital financeiro e o avanço do neoliberalismo enquanto modelo econômico de resposta à crise do capital, solaparam os valores do Estado de bem-estar, ancorados pelo compromisso político e social suprapartidário em torno do pleno emprego (FIORI, 1997; CASTRO; HENRIQUE, 2020).

vez, o Estatuto da Juventude, destinado à população de 15 a 29 anos, entrou em vigor somente no ano de 2013 (Lei 12.852/13). O Estatuto afirma como direito dessa população: cidadania, participação social, política e representação juvenil; educação; profissionalização, trabalho e renda; diversidade e igualdade; saúde; cultura; comunicação e liberdade de expressão; desporto e lazer; território e mobilidade; sustentabilidade e meio ambiente; segurança pública e acesso à justiça (Brasil, 2013).

A redemocratização e a criação da Constituição de 1988 convergiram na construção no Estado de bem-estar como amplo e profundo conjunto de ações inclusivas no interior da sociedade de serviços e formação (Fiori, 1997; Pochmann, 2020). A partir da década de 1990, o Brasil enfrentou crises econômicas e reformas neoliberais que afetaram negativamente o mercado de trabalho e as oportunidades para os jovens. Contudo, durante a primeira década dos anos 2000 houve avanço nas políticas sociais e educacionais, tendo havido nesse período a criação de universidades e as políticas de facilitação de acesso, o que culminou na expansão do ingresso no ensino superior. Essas mudanças ocorreram em um contexto econômico favorável, no qual os países da região expandiram sua capacidade de investimento público (Abramo, 2014). Já na segunda década dos anos 2000, em especial a partir de 2014, houve o recrudescimento dessa expansão. Com a crise político-econômica, a ascensão de um governo de extrema-direita, a imposição de políticas de austeridade com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, a redução de gastos sociais, ocorreu forte impacto para a população, sobretudo de baixa renda.

Atualmente, o Brasil encontra-se num momento de reconstrução do fortalecimento das políticas públicas e de um projeto de seguridade social. Ainda assim, os avanços institucionais e legais acumulados desde a redemocratização convivem com limites estruturais profundamente enraizados na formação social brasileira. Desigualdades regionais, raciais e de classe seguem atravessando os processos de acesso e permanência na educação, no trabalho e na participação social, tensionando a efetividade das políticas públicas destinadas à juventude (Abramo et al., 2017; Gomes et al., 2020; Silva, 2022).

Embora apresentem trajetórias históricas distintas, Espanha e Brasil compartilham desafios e conquistas na construção de políticas voltadas para a população juvenil. Na Espanha, a transição democrática e a consolidação de um Estado de Bem-estar Social possibilitaram avanços significativos, mas o impacto das crises econômicas evidenciou fragilidades estruturais que afetam principalmente os jovens. Já no Brasil, a redemocratização e os esforços para incluir jovens nas políticas públicas enfrentaram obstáculos decorrentes de desigualdades históricas e crises político-econômicas recentes. Em ambos os contextos, a construção de políticas que assegurem e ampliem as oportunidades de participação ativa e autonomia para os jovens permanece como questão fundamental para a diminuição do abandono escolar e o desemprego juvenil.

3 PANORAMA ATUAL DA JUVENTUDE

A Tabela 1 abaixo reúne informações acerca do panorama juvenil atual em ambos os países:

Tabela 1 - Comparativo de Indicadores Juvenis: Brasil e Espanha (2024)

Situação	Brasil	Espanha
População de jovens	47,8 milhões (15-29 anos) 22,48% da população total	6.863.568 (16-29 anos) 14,12% da população total
Investimento educacional por estudante na educação pública – média de ensino básico, médio e superior	US\$3.600	US\$10.181
Jovens nem-nem (2024)	24% (entre os jovens de 18 a 24 anos)	17,8% (entre os jovens de 18 a 24 anos)
Desemprego Juvenil	16,8% (entre os jovens de 15 a 24 anos)	21% (entre os jovens de 15 a 24 anos)

Fonte: População Juvenil [IBGE, 2023 e INE, 2023]; Investimento educacional [OCDE, 2023]; Jovens nem-nem [IBGE, 2023 e Eurostat, 2023]; Desemprego Juvenil [IBGE, 2023 e BBVA, 2024].

A tabela destaca diferenças significativas entre Brasil e Espanha em relação à juventude, considerando aspectos populacionais, educacionais e de mercado de trabalho. No Brasil, a população jovem é expressivamente maior, com 47,8 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, representando 22,48% da população total. Já na Espanha, são 6.863.568 jovens entre 16 e 29 anos, correspondendo a 14,12% da população. Essa disparidade reflete não apenas o tamanho populacional dos dois países, mas também a estrutura demográfica, em que o Brasil possui uma população relativamente mais jovem, enquanto a Espanha apresenta características típicas de países com envelhecimento populacional.

O investimento público por estudante na educação básica, média e superior é substancialmente maior na Espanha (US\$10.181) em comparação ao Brasil (US\$3.600). Essa diferença expressa o contraste entre os sistemas educacionais: na Espanha, há maior priorização de recursos per capita para a educação pública, o que pode influenciar diretamente na qualidade do ensino e nas oportunidades educacionais oferecidas. No Brasil, o menor investimento per capita reflete desigualdades estruturais e pode impactar negativamente a formação educacional dos jovens.

Dados do ano de 2024 indicam que a proporção de jovens que não estudam nem trabalham é maior no Brasil, com 24% dos jovens de 18 a 24 anos nessa condição, enquanto na Espanha o índice é de 17,8%. Apesar da diferença, ambos os países enfrentam desafios significativos na integração de jovens ao mercado de trabalho e ao sistema educacional, sugerindo lacunas em políticas públicas voltadas para esse público. No Brasil, a alta proporção pode estar relacionada à desigualdade social e ao menor investimento educacional. Na Espanha, apesar de números relativamente melhores, a situação também é preocupante, associada ao alto desemprego juvenil.

A Espanha apresenta um índice de desemprego juvenil mais elevado (21% entre jovens de 15 a 24 anos) em comparação ao Brasil (16,8%). Essa diferença está em linha com a crise econômica que afetou profundamente o mercado de trabalho espanhol, especialmente após a recessão da última década. Embora o índice brasileiro seja menor, ele não deve ser subestimado, pois reflete dificuldades de entrada no mercado de trabalho, além da precarização das atividades, especialmente para jovens de classes mais vulneráveis.

3.1 Jovens nem-nem

Conforme apresentado no tópico anterior, a Espanha registrou, entre 2008 e 2014, uma das maiores porcentagens de jovens "nem-nem" entre os países industrializados, atingindo uma média de 25%. Em 2023, essa taxa caiu para 17% entre os jovens espanhóis de 18 a 24 anos, mantendo-se estável desde então (OCDE, 2023). Essa redução tem sido atribuída, em grande parte, aos investimentos públicos em programas de trabalho juvenil e ao aumento do financiamento para a educação, o que contribuiu para a permanência dos jovens no sistema educacional e sua posterior inserção no mercado de trabalho (Fundação BBVA, 2024). Entretanto, um recorte específico demonstra que jovens imigrantes ou filhos de imigrantes – que representam cerca de 20% a 25% da população juvenil espanhola – ainda enfrentam maior insegurança econômica, com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, moradia precária e maior vulnerabilidade ao uso abusivo de substâncias psicoativas (INE, 2023; Observatório Joventud Catalã, 2022).

A partir dos anos 2000, o Brasil também passou a direcionar políticas públicas para os jovens "nem-nem", em um movimento que representou uma mudança em relação ao foco histórico na erradicação do trabalho infantil. Esse direcionamento ganhou força a partir de 2013, quando a taxa de jovens sem estudo ou emprego atingiu 20% da população jovem, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Desde então, a evolução dessa taxa reflete tanto crises econômicas e sociais quanto esforços de políticas públicas para mitigar o problema.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, desde 2012, os jovens de 15 a 29 anos enfrentam dificuldades contínuas de inserção no mercado de trabalho. Entre 2012 e 2016, a taxa de "nem-nem" manteve-se próxima de 22% a 25%, com maior incidência entre jovens de baixa renda e residentes em áreas periféricas. Entre 2017 e 2019, a taxa de jovens "nem-nem" no Brasil apresentou uma leve redução, aproximando-se de 20%. Esse movimento pode ser atribuído a uma recuperação econômica moderada e a ajustes em políticas públicas voltadas à inserção juvenil no mercado de trabalho. No entanto, essa tendência foi interrompida com a pandemia de COVID-19, que, a partir de 2020, levou ao

fechamento de escolas, à retração do mercado de trabalho e ao aumento da informalidade. Como resultado, em 2022, o Brasil atingiu um dos maiores percentuais globais de jovens fora da educação e do trabalho, chegando a 36% entre aqueles de 18 a 24 anos (OCDE, 2023).

Apesar da crise, algumas políticas públicas buscaram mitigar o impacto desse fenômeno. Programas como o Bolsa Família/Auxílio Brasil² ajudaram a reduzir a evasão escolar entre os mais vulneráveis, ao condicionar o benefício à frequência escolar. A ampliação do acesso ao ensino superior via políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni)³ e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁴ permitiu que mais jovens entrassem na universidade, ainda que sem garantias de empregabilidade posterior. Já os investimentos em formação técnica profissionalizante, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)⁵, tentaram conectar educação e mercado de trabalho, mas enfrentaram desafios como altas taxas de evasão e descontinuidade das turmas (Saldanha, 2016; Possamai, 2022)⁶

Além disso, a desigualdade regional continua sendo um obstáculo significativo para a inserção produtiva da juventude brasileira: enquanto algumas metrópoles oferecem maior acesso ao ensino e oportunidades de emprego, jovens de regiões mais vulneráveis, sobretudo no Nordeste, enfrentam barreiras estruturais ainda maiores. Essa realidade se reflete nos dados mais recentes do IBGE, que em 2024 estimou que 4,6 milhões de jovens entre 14 e 24 anos não estudavam, não trabalhavam e não estavam à procura de emprego, representando uma leve redução de 0,95% em relação ao mesmo período de 2023, quando esse número era de 4,8 milhões.

Apesar da pequena melhora, os dados ainda evidenciam disparidades marcantes que atravessam gênero, raça e território. As mulheres, especialmente aquelas com filhos pequenos, compõem a maioria desse grupo (65%), enquanto jovens negros representam 68%, evidenciando como desigualdades estruturais continuam bloqueando trajetórias juvenis. A desigualdade racial e de gênero dentro desse fenômeno já foi amplamente documentada (IBGE, 2024; Barão, Resegue & Leal, 2022): entre os 10,9 milhões de jovens "nem-nem" brasileiros de 15 a 29 anos em 2023, 63,4% eram mulheres. Destas, 43,3% eram pretas ou pardas, enquanto 20,1% eram brancas. Entre os homens, 24,3% eram pretos ou pardos e 11,4% eram brancos, com os demais pertencendo a outros grupos raciais ou não declarando cor. Esses dados revelam a complexidade da exclusão juvenil no Brasil, marcada por interseccionalidades que aprofundam vulnerabilidades históricas.

Os dados sobre pobreza reforçam a correlação entre vulnerabilidade econômica e a permanência na condição de "nem-nem". O Atlas da Juventude (2022) revelou que, entre os 10,9 milhões de jovens nessa situação, 14,8% viviam em domicílios com renda per capita inferior a US\$ 2,15 por dia, e 61,2% recebiam menos de US\$ 6,85 por dia, segundo as diretrizes do Banco Mundial. Essa situação era ainda mais crítica na Região Nordeste, onde 22,5% dos jovens "nem-nem" viviam em extrema pobreza e 75,5% enfrentavam dificuldades financeiras significativas. O recorte de raça e gênero mostra que mulheres pretas ou pardas representavam 44,7% do grupo mais vulnerável e 47,8% daqueles com renda abaixo do limite superior considerado.

Outro fator determinante é o nível de instrução. Jovens que não completaram o ensino

² O programa Bolsa Família, criado para apoiar famílias em situação de vulnerabilidade e estimular a permanência de crianças e adolescentes na escola, teve sua estrutura reformulada em 2021 com a criação do Auxílio Brasil, mantendo as condicionalidades relacionadas à educação.

³ O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda que tenham cursado o ensino médio em escola pública.

⁴ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), instituído em 1999, oferece financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva no MEC, permitindo o pagamento das mensalidades após a formação, com juros reduzidos.

⁵ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi instituído em 2011 com o objetivo de ampliar, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional no Brasil.

⁶ Entre 2011 e 2014, cerca de 950 mil alunos abandonaram os cursos do Pronatec, totalizando uma taxa média de evasão de 12,86%. Em instituições privadas, esse índice chegou a 60%. Dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho, falta de informações sobre os cursos e qualidade variável da formação ofertada foram alguns dos principais fatores apontados para a evasão (Saldanha, 2016; Possamai, 2022).

fundamental apresentaram as maiores taxas de vulnerabilidade econômica, com 23% vivendo em extrema pobreza e 77,1% enfrentando dificuldades financeiras amplas. Já entre aqueles que concluíram apenas o ensino fundamental, os percentuais eram de 19,1% e 72,5%, respectivamente, indicando que a escolaridade tem relação direta com as chances de inserção no mercado de trabalho.

Embora algumas políticas públicas tenham conseguido atenuar o problema em determinados períodos, a persistência das desigualdades e a precarização das condições de trabalho indicam que o desafio de reduzir a população "nem-nem" no Brasil exige uma abordagem mais ampla. A comparação com outros países, como a Espanha, mostra que investimentos contínuos em educação e programas de empregabilidade podem ter um impacto positivo, mas apenas se forem acompanhados de políticas estruturais que reduzam desigualdades sociais e garantam melhores condições de trabalho para a juventude.

3.2 Investimento Educacional

Ao analisarmos os dados sobre o investimento educacional, observamos que, entre 2015 e 2021, o Brasil investiu, em média, US\$ 3.600 por estudante. Esse valor é significativamente inferior à média dos países da OCDE (US\$ 11.914) e ao investimento realizado pela Espanha (US\$ 10.849) no mesmo período. Essa discrepância revela um descompasso estrutural na alocação de recursos para a educação no Brasil, especialmente diante dos desafios históricos relacionados à ampliação do acesso e à melhoria da qualidade do ensino.

O relatório também destaca que a Espanha foi o único país que aumentou o investimento educacional como percentual do PIB em todos os níveis de ensino — primário, secundário e superior. No Brasil, contudo, a tendência foi oposta: houve uma redução de 2,5% no investimento por estudante, enquanto os países da OCDE registraram um aumento médio de 2,1%. Esses dados indicam não apenas uma estagnação, mas um retrocesso nos esforços de financiamento da educação brasileira, comprometendo a efetividade das políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à qualificação do sistema educacional.

Os números apresentados pela OCDE refletem diretamente as opções de política fiscal adotadas pelo Brasil na última década, que impactaram áreas prioritárias como educação e saúde. Embora parte da redução possa estar associada à crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19, estudos como os de Dutra e Brisolla (2020) e Amaral e Oliveira (2023) apontam que a principal restrição decorreu da Emenda Constitucional 95 (PEC-55/2016)⁷. Ao impor um teto de gastos, a medida limitou os investimentos públicos e inviabilizou o cumprimento de metas previstas no Plano Nacional de Educação, como a ampliação do financiamento, a universalização do ensino básico e a redução das desigualdades regionais.

Enquanto o Brasil restringia investimentos, a Espanha seguiu por um caminho oposto. Após os ajustes fiscais decorrentes da crise de 2008, o país retomou, a partir da segunda metade da década de 2010, aportes significativos em políticas públicas voltadas à juventude e à reestruturação do sistema educacional. Esse movimento resultou em avanços na oferta de ensino gratuito e na melhoria da infraestrutura escolar, ampliando a equidade no acesso à educação.

A comparação entre Brasil e Espanha, portanto, evidencia não apenas diferenças no volume de recursos aplicados, mas também nas diretrizes políticas que nortearam os investimentos. Enquanto a Espanha fortaleceu suas políticas educacionais mesmo em contextos adversos, o Brasil adotou medidas de austeridade que comprometeram o financiamento do setor, agravando desafios estruturais e limitando a capacidade de enfrentar as desigualdades no acesso e na qualidade do ensino.

As restrições orçamentárias impactaram diretamente programas de inclusão educacional e qualificação profissional da juventude. O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) sofreu uma redução drástica no número de contratos, passando de cerca de 732 mil em

⁷ A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, conhecida como PEC do Teto de Gastos, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2016 e estabeleceu um limite para os gastos públicos federais por 20 anos, com correção anual baseada apenas na inflação do ano anterior (IPCA). Essa medida buscava conter o crescimento das despesas públicas, mas recebeu críticas por restringir investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e assistência social, dificultando o atendimento às demandas crescentes da população (Gomes *et al.*, 2018; Silva, 2020).

2014 para apenas 22 mil em 2024, uma queda de quase 97%, o que dificultou significativamente o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior. O Programa Universidade para Todos (ProUni) também apresentou declínio, acumulando uma redução de aproximadamente 34% no número de bolsas desde seu pico em 2017.

Essa retração dos programas de financiamento estudantil tem gerado um afastamento das metas de inclusão no ensino superior. Como aponta um levantamento do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), “a retração desses dois programas, que historicamente foram os principais responsáveis por ampliar o acesso ao ensino superior privado no Brasil, afasta ainda mais o país da meta de inclusão de jovens no ensino superior” (DIAS, 2025).

3.3 Desemprego Juvenil

A inserção e absorção de jovens no mercado de trabalho são indicadores cruciais para avaliar a saúde econômica e social de um país. Na Espanha, após a crise de 2008, a taxa de desemprego juvenil superou os 50%. Atualmente, essa taxa está em torno de 21% para a faixa etária de até 24 anos, refletindo a volatilidade e vulnerabilidade dos jovens em momentos de crise econômica. Antes do colapso do setor imobiliário, a construção civil era um dos principais empregadores de jovens, mas, após a crise, houve uma migração significativa para o setor hoteleiro, impulsionado pela alta demanda turística. Paralelamente, observou-se um aumento na participação dos jovens em empregos de alta qualificação, resultado da ampliação do período de escolaridade e da busca por especialização (BBVA, 2024).

Para uma análise mais abrangente da inserção juvenil no mercado de trabalho, é fundamental considerar não apenas as taxas de emprego, mas também os tipos de ocupação. A recuperação pós-crise na Espanha demonstrou avanços significativos, mas o desafio persiste em garantir empregos estáveis e bem remunerados. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE), a taxa de inserção juvenil no mercado de trabalho aumentou, mas a absorção em setores de maior estabilidade ainda enfrenta dificuldades. A maior parte dos jovens está empregada nos setores de turismo, serviços e tecnologia, com uma crescente demanda por qualificação, especialmente em áreas como Tecnologia, Inovação e Marketing Digital. No entanto, a transição para empregos qualificados ainda esbarra em desigualdades regionais e na ausência de políticas públicas efetivas para a inclusão profissional (Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, 2019).

No Brasil, a inserção juvenil no mercado de trabalho segue uma tendência de migração para setores informais, como a economia de plataformas, que tem absorvido uma parcela significativa dos jovens. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a taxa de desemprego juvenil está em torno de 24%, mas os jovens que ingressam no mercado de trabalho frequentemente ocupam posições temporárias e precárias, com alta taxa de subemprego. Apesar de a taxa de desemprego juvenil no Brasil ser menor do que na Espanha, Portugal e França, a presença crescente dos jovens na economia de plataformas reflete a fragilidade das condições trabalhistas, caracterizadas por baixa seguridade e instabilidade. Simultaneamente, observa-se um esvaziamento da presença juvenil em empregos formais, especialmente no setor comercial (Abílio, 2020; Sousa, 2020).

As profissões mais comuns para os jovens brasileiros concentram-se em serviços de entrega, comércio e tecnologia, incluindo freelancers e programadores. A absorção de jovens em profissões formais tem diminuído, refletindo a precarização do trabalho juvenil. Em ambos os países, a demanda por jovens qualificados em áreas tecnológicas e serviços especializados tem crescido. Assim, a educação emerge como um fator essencial para garantir a inserção dos jovens em mercados mais qualificados e estáveis. A ampliação da oferta de cursos técnicos, programas de estágio e políticas públicas de inclusão profissional torna-se imprescindível para proporcionar um futuro profissional mais promissor a essa população (Ferreira et al., 2022).

Em resumo, o mercado de trabalho juvenil na Espanha e no Brasil ainda apresenta altos níveis de precarização, exigindo políticas mais eficazes para fomentar o acesso a empregos de qualidade. Isso inclui uma maior integração entre o sistema educacional e as demandas do mercado, além do fortalecimento de políticas públicas que promovam inclusão, qualificação e proteção dos direitos trabalhistas da população juvenil. A educação e a formação profissional serão determinantes para garantir que a transição dos jovens para o mercado de trabalho seja bem-sucedida.

4 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À JUVENTUDE

As ações recentes desenvolvidas na Espanha incluem a criação do Ministério de Infância e Juventude, instituído pelo Real Decreto 829/2023, no final de 2023. Essa medida reflete um esforço coordenado para enfrentar os desafios da juventude nem-nem, promovendo uma abordagem integrada que prioriza o acesso à educação de qualidade e à inclusão social. A criação de Centros Juvenis, com técnicos especializados como parte das estratégias desse ministério, visa fornecer suporte educacional e ocupacional para jovens em situações de vulnerabilidade (Espanha, 2023).

Com uma das mais altas taxas de desemprego juvenil na União Europeia, agravada pela crise de 2008 e pelos impactos da pandemia de Covid-19, a Espanha vem implementando políticas estruturais para a juventude. Desde 2013, o Programa de Garantia Juvenil, uma iniciativa alinhada à estratégia da União Europeia, busca oferecer oportunidades educacionais e ocupacionais para jovens que não estudam nem trabalham. A versão mais recente, o *Plan de Garantía Juvenil Plus*, lançado em 2021 como parte da estratégia *Juventud Avanza*, amplia o foco para a capacitação técnica, promovendo a formação contínua e a reinserção educacional. Com um orçamento de 3,26 bilhões de euros, em grande parte financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE+), o plano reforça a importância da articulação intersetorial para melhorar a empregabilidade e reduzir a evasão educacional.

A educação pública de alta qualidade na Espanha é um fator crucial para o sucesso dessas políticas. Em um contexto de estabilidade econômica relativa e forte apoio de fundos europeus, o país conseguiu manter taxas de conclusão educacional superiores às de muitas outras nações. No entanto, a inclusão escolar de jovens imigrantes continua sendo um desafio significativo. Esse grupo, em média, apresenta taxas mais baixas de escolaridade e enfrenta barreiras adicionais, como diferenças culturais e dificuldades no aprendizado do idioma, o que impacta tanto sua conclusão educacional quanto sua integração no mercado de trabalho. As parcerias com o setor privado e o investimento em formação técnica demonstram como a educação pode ser um instrumento central para reduzir o impacto da juventude nem-nem, ao mesmo tempo em que prepara os jovens para demandas dinâmicas do mercado de trabalho (Observatório Juventud Catalã, 2022).

No caso do Brasil, as recentes políticas públicas também refletem um esforço para enfrentar a exclusão educacional e ocupacional, embora em um contexto de maior instabilidade econômica e social. O programa “Pé-de-Meia”, anunciado em 2023 e implementado em 2024, foca na manutenção escolar como estratégia central para prevenir que jovens entrem na condição de nem-nem. Voltado para estudantes do Ensino Médio em escolas públicas, especialmente aqueles de baixa renda registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o programa oferece incentivos financeiros vinculados ao desempenho escolar (Brasil, 2023).

Esse incentivo financeiro é condicionado à frequência escolar mínima, aprovação nos anos letivos e participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além disso, o programa contempla jovens matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecendo a necessidade de reintegrar à educação aqueles que interromperam seus estudos. Com um orçamento inicial de R\$ 20 bilhões, o programa busca atacar os fatores estruturais que contribuem para a evasão escolar, como a necessidade de jovens de baixa renda ingressarem precocemente no mercado de trabalho para sustentar suas famílias (Agência Brasil, 2024).

Complementando essas ações, o Plano Juventude Negra Viva (PJNV), lançado em 2024, reforça o compromisso com a redução de desigualdades educacionais e sociais, especialmente para jovens negros. Entre suas 217 ações estratégicas, o plano inclui o fortalecimento de políticas afirmativas na educação, como a valorização da educação quilombola e a ampliação do acesso à educação técnica e superior. O enfoque explícito em questões raciais distingue o PJNV, destacando a interseção entre desigualdades educacionais, econômicas e sociais.

Comparativamente, as políticas educacionais da Espanha e do Brasil diferem em suas abordagens e prioridades. Enquanto a Espanha, como membro da União Europeia e com acesso a financiamento estável, se concentra em fortalecer a empregabilidade por meio de

educação técnica e parcerias público-privadas, o Brasil direciona esforços para reduzir a evasão escolar e promover a inclusão de populações historicamente marginalizadas.

No entanto, as dificuldades enfrentadas pelo Brasil, como as mudanças frequentes de governo com linhas ideológicas distintas que interrompem as iniciativas em andamento e a falta de mobilização popular e social em torno das pautas juvenis, colocam em risco a sustentabilidade dessas políticas. Apesar disso, programas como o Pé-de-Meia têm o potencial de impactar positivamente as taxas de conclusão educacional e, a longo prazo, reduzir a vulnerabilidade dos jovens nem-nem.

Já na Espanha, a estabilidade financeira e o alinhamento estratégico com a União Europeia oferecem um ambiente mais favorável para o desenvolvimento de políticas consistentes, ainda que o desafio de integrar grupos culturalmente diversos permaneça. A inclusão de estratégias voltadas especificamente para jovens de origens diversas poderia ampliar o alcance das políticas espanholas. Embora existam iniciativas voltadas para a inclusão de jovens imigrantes e outros grupos vulneráveis, inspirar-se em programas brasileiros como o PJNV, que abordam desigualdades raciais e históricas de forma explícita, pode oferecer um caminho mais direcionado.

Em ambos os contextos, o foco na educação como eixo central das políticas para juventude tem se mostrado essencial para enfrentar os desafios de exclusão educacional e ocupacional. Os avanços obtidos dependem não apenas da implementação inicial, mas também da capacidade dos governos de monitorar e adaptar as políticas às mudanças nas demandas sociais e econômicas, garantindo que a juventude seja protagonista no desenvolvimento de soluções para suas próprias realidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das mudanças globais ocorridas desde a Guerra Fria, que enfraqueceram o emprego estável e reduziram o poder de compra salarial, as organizações políticas e sociais continuam desempenhando um papel central na estruturação social, com o Estado como o principal condutor desse processo (Fiori, 1997; Castro; Henrique, 2020). A crise financeira de 2008 destacou vulnerabilidades importantes na Espanha, especialmente no desemprego juvenil e no aumento de jovens “nem-nem”. Políticas públicas implementadas entre 2013 e 2024, com ênfase na recuperação econômica, na educação e na formação profissional, demonstraram ser eficazes em reduzir significativamente esses índices, ainda que desafios persistam.

No Brasil, os impactos da crise política e econômica iniciadas em 2013 agravaram as condições socioeconômicas, com o aumento do abandono escolar e da juventude fora do mercado de trabalho e da escola. Apesar de iniciativas como o “Pé-de-Meia” e o “Plano Juventude Negra Viva”, as limitações de financiamento e as constantes rupturas políticas dificultam a consolidação de políticas educacionais e de empregabilidade para a juventude.

A análise comparativa evidencia que, embora os contextos sejam distintos, ambos os países enfrentam desafios comuns, como a precarização do trabalho e as desigualdades sociais. Enquanto o Brasil lida com profundas desigualdades estruturais, a Espanha enfrenta o desafio de integrar uma população jovem migrante frequentemente marginalizada. Essa condição geracional reflete não apenas problemas econômicos, mas também dinâmicas culturais e políticas que moldam a forma como as juventudes de ambos os países experienciam a transição para a vida adulta.

No entanto, os casos brasileiro e espanhol sugerem que políticas públicas robustas, integradas e de longo prazo podem mitigar alguns dos impactos dessas desigualdades. Para isso, a continuidade, a territorialização e a adaptabilidade dessas ações são cruciais. No Brasil, fortalecer a mobilização social em torno das pautas juvenis e superar ciclos de descontinuidade política são caminhos indispensáveis. Na Espanha, é necessário avançar na criação de oportunidades de trabalho sustentáveis e na inclusão social da juventude migrante, ampliando estratégias que reconheçam a diversidade e promovam sua participação ativa na sociedade.

Por fim, o sucesso dessas políticas depende não apenas de condições econômicas favoráveis, mas também de um compromisso político duradouro que assegure a centralidade da juventude no desenvolvimento das nações. A construção de um futuro mais equitativo e inclusivo exige que governos, instituições e a sociedade civil reconheçam o papel transformador da juventude como sujeito político e agente ativo na superação das

desigualdades. Pesquisas futuras podem aprofundar os efeitos subjetivos da insegurança econômica entre jovens, a eficácia de políticas emergentes e as formas de organização e resistência que a juventude vem desenvolvendo frente às crises.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ABÍLIO, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 499-516, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zwB63zdGw9nNzqPrS7wFsMN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2024.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, maio/dez. 1997.

ABRAMO, H. W. (Org.). **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília, DF: MJ/SNJ, 2014.

AGÊNCIA BRASIL. Alunos do ensino médio podem receber bolsa a partir de março. Agência Brasil, Brasília, 9 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/alunos-do-ensino-medio-podem-receber-bolsa-partir-de-marco>. Acesso em: 10 jan. 2024.

AMARAL, N. C.; OLIVEIRA, J. F. O financiamento da educação no PNE (2014-2024) no contexto do pós-golpe de 2016: balanço crítico. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 13, p. 1-22, e023042, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2229/1426>. Acesso em: 16 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO TÊXTIL E VESTUÁRIO DE PORTUGAL. Estudo de mercado: Espanha. 2019. Disponível em: <https://atp.pt/wp-content/uploads/2019/06/Estudo-de-Mercado-Espanha.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

ATLAS DAS JUVENTUDES. Atlas das Juventudes: dados e reflexões sobre as juventudes brasileiras. Rio de Janeiro: Atlas das Juventudes, 2022. Disponível em: <https://atlasdasiuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

BBVA. Presente y futuro de la juventud española: una perspectiva socioeconómica. Consuelo Mínguez Bosque ... [et al.]; dirigido por Francisco Pérez García. 1. ed. Bilbao: Fundación BBVA, 2023.

BOCK, A. M. B.; PERDIGÃO, S. A.; KULNIG, R. C. M. Desigualdade social e a leitura sócio-histórica. In: **BOCK, A. M. B. et al. (Orgs.). Psicologia sócio-histórica**: contribuições à leitura de questões sociais. São Paulo: EDUC/PIPEq, 2022. p. 45-62.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Regula a condição jurídica do menor. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 12 out. 1927. Seção 1, p. 17.161. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out. 1979. Seção 1, p. 18.221. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Pé de Meia. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRISOLLA, L. S.; DUTRA, N. L. L. Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais. FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 248–268, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79581/56765>. Acesso em: 4 abr. 2024.

CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (Orgs.). Estado social contra a barbárie. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

CASTRO, J. A.; HENRIQUE, W. Estado de bem-estar social: o que nos sugere a experiência internacional. In: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (Orgs.). **Estado social contra a barbárie.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 21-41.

COMAS ARNAU, D. Las políticas de juventud en la España democrática. Madrid: Observatorio de la Juventud en España, Servicio de Documentación y Estudios, 2007. Disponível em: https://www.injuve.es/sites/default/files/politicas_de_juventud_imprensa.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

CONSEJO DE LA JUVENTUD DE ESPAÑA. Observatorio de emancipación (Observatório de Emancipação). jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.cje.org/observatorio-de-emancipacion/#196-213-segundo-semester-2018>. Acesso em: 3 abr. 2024.

CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, H. W.; ABRAMO, L. W. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 22, n. 36, p. 135–169, 2017. Disponível em: <https://alast.info/relet/index.php/relet/article/view/289>. Acesso em: 4 abr. 2024.

DIAS, Pâmela. Cresce número de alunos em universidades privadas, mas baixa de benefícios como Fies e Prouni barra acesso de mais pobres. O Globo, Rio de Janeiro, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2025/03/13/cresce-numero-de-alunos-em-universidades-privadas-mas-baixa-de-beneficios-como-fies-e-prouni-barra-acesso-de-mais-pobres.ghtml>. Acesso em: 7 abr. 2025.

DRAIBE, S. M. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p. 27-64.

ESPAÑA. Real Decreto 829/2023, de 7 de noviembre, por el que se regulan las condiciones básicas de acceso y participación en los cursos de formación para el empleo. Boletín Oficial del Estado, Madrid, n. 270, 8 nov. 2023. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2023-23537>. Acesso em: 4 abr. 2024.

EUROSTAT. Educational attainment statistics. Eurostat Statistics Explained, 2023. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Educational_attainment_statistics. Acesso em: 24 mar. 2024.

FERREIRA, L. S.; MONTERO PEDRERA, A. M.; CASTAMAN, A. S. Educação profissional contemporânea no Brasil e na Espanha: uma análise comparativa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 22, n. 74, p. 1023-1044, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.22.074.DS02>. Acesso em: 5 mai. 2024.

FIORI, J. L. Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997.

FRANCISCO, J. C.; GROPPPO, L. A. Adolescência(s) e juventude(s): considerações a partir de uma coexistência legal. **Crítica Educativa**, Sorocaba, SP, v. 2, n. 2, p. 275-294, jul./dez. 2016.

GOMES, L.; SILVA, A.; OLIVEIRA, M. Impactos da PEC 55/2016 nas políticas públicas brasileiras: análise da restrição orçamentária e seus reflexos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 152 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 53).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: principais destaques do mercado de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 5 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Estatísticas do emprego: 4.º trimestre de 2023. Lisboa: INE, 2023. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?DESTAQUESdest_boui=593942664&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt&xpgid=ine_destaque&xpid=INE. Acesso em: 5 mai. 2024.

JUNIOR, E. B. et al. Análise documental como percurso metodológico. **Cadernos da Fucamp**, [S.l.], v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

LA RAZÓN. 17% de los jóvenes en España son “ninis”: ni estudian ni trabajan. *La Razón*, 12 set. 2023. Disponível em: https://www.larazon.es/sociedad/17-jovenes-espana-son-ninis-estudian-trabajan_202309126500a759d60bc60001c8e537.html. Acesso em: 27 fev. 2024.

LÓPEZ-ROLDÁN, P.; FACHELLI, S. A general model for the comparative analysis of social inequalities between Europe and Latin America. In: **Towards a comparative analysis of social inequalities between Europe and Latin America**. Cham: Springer, 2021. p. 3-34. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-48442-2>. Acesso em: 5 mai. 2024.

MEDEL-HERRERO, A.; GOMEZ-BENEYTO, M. The impact of the 2008 economic crisis on the increasing number of young psychiatric inpatients. **Revista de Psiquiatria y Salud Mental** (English Edition), [S.l.], v. 12, n. 1, p. 28-36, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rpsm.2017.10.002>. Acesso em: 30 mar. 2024.

OBSERVATORI CATALÀ DE LA JOVENTUT. Inseguretat econòmica i desigualtats entre la joventut catalana: una anàlisi basada en la perspectiva de la interseccionalitat. Barcelona: Direcció General de Joventut, nov. 2022.

OCDE. Education at a Glance 2014: OCDE Indicators. Paris: OCDE Publishing, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>. Acesso em: 28 fev. 2024.

OCDE. Panorama de la educación: indicadores de la OCDE 2023. Informe español. Paris: OCDE, 2023. Disponível em: <https://cpage.mpr.gob.es/>; <https://www.educacion.gob.es>. Acesso em: 30 mar.2024.

OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W.; PALLUDETTO, A. W. Os limites da recuperação econômica da zona do Euro (2008-2016). **Brazilian Keynesian Review**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 125-131, 2016.

PASSETTI, M. Crianças carentes e políticas públicas. In: **PRIORE, M. D.** (Org.). História das crianças no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 341–360.

PINTO, N. C. P. O impacto da crise econômica espanhola na mão de obra imigrante. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 27–46, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982015000000002>. Acesso em: 4 abr. 2024.

POSSAMAI, F. A. B. Fatores determinantes da evasão nos cursos técnicos do PRONATEC da SECITECI de Mato Grosso no eixo ambiente e saúde 2017 - 2019. 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11710>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ROSA, E. Z.; GONÇALVES, M. G. M. Direitos sociais e políticas públicas: contribuições da Psicologia Sócio-Histórica para um projeto de sociedade. In: BOCK, A. M. B. et al. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica:** contribuições à leitura de questões sociais. São Paulo: EDUC/PIPEq, 2022. p. 45-62.

SALDANHA, L. de L. W. O PRONATEC e a proclamada política de democratização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: acesso, abandono e permanência a partir de um estudo de caso. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/43405/R%20-%20T%20-%20LETICIA%20DE%20LUCA%20WOLLMANN%20SALDANHA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SANTOS, Aline Veiga dos; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; PAIXÃO, Divaneide Lira Lima. O jogo político do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (2010–2016). Revista Brasileira de Educação, v. 26, e260046, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/JkvCB6hKBXkSxLQiqDNnzHM/>. Acesso em: 7 abr. 2025

SILVA, J. A. PEC do Teto de Gastos e suas implicações para as políticas públicas no Brasil: um estudo crítico sobre as consequências para áreas essenciais. **Revista Brasileira de Política Social**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 45-67, 2020.

SOARES, C. B. Consumo contemporâneo de drogas de juventude: a construção do objeto na perspectiva da Saúde Coletiva. 2007. 134 f. Tese (Livre-docência) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOLER, P.; FEIXA, C. Crisis social y el Estado del Bienestar: las respuestas de la Pedagogía Social. In: **PLANAS LLADÓ, A.; SOLER MASÓ, P.; FEIXA PÀMPOLS, C.** (Coords.). Jóvenes

y políticas de juventud en tiempos de austeridad: el caso de España. La Laguna: Universidad de La Laguna, 2014. p. 347–353.

SOUSA, E. J. S. Inserção dos jovens no mercado de trabalho, subdesenvolvimento e as mudanças estruturais. 2020. 150 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

STEINBERG, F.; RUIZ, J. J. Portugal y España en la economía mundial. In: **OLIVIÉ, I.; RODRIGUES, L. N.; GRACIA, M.; SEABRA, P.** (Coords.). España y Portugal en la globalización: 500 años de la primera circunnavegación. Madrid: Real Instituto Elcano; Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2022. p. 87–109.

TILLMANN, E.; COMIM, F. Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração nem-nem. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 303–336, ago. 2016. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1629/1225>. Acesso em: 4 abr. 2024.

TITTON, M.; D'AGOSTINI, A. Juventude e educação no contexto do desemprego crônico na Espanha e no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 11, n. 1, p. 54-73, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i1.31474>. Acesso em: 21 mar. 2024.

i Sobre os autores:

Pedro Desidério Checchetto (<https://orcid.org/0009-0006-9796-224X>)

Psicólogo, doutorando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), vinculado ao Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Desigualdade Social (NUPPDES). Realizou doutorado sanduíche entre 2023 e 2024 na Universitat Rovira i Virgili (URV), na Espanha. Atua como pesquisador nas áreas de juventude, políticas públicas, desigualdade social e psicologia social crítica.

Elisa Zaneratto Rosa (<https://orcid.org/0000-0003-2263-6889>)

Psicóloga e doutora em Psicologia Social pela PUC/SP. Professora do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Instituto Silvia Lane - Psicologia e Compromisso Social.

Jordi Domingo Coll (<https://orcid.org/0000-0002-9385-5723>)

Professor titular na Universidade de Lleida (UdL), Espanha. Atua na área de Geografia Humana. Leciona disciplinas nos cursos de Educação Infantil, Educação Social e no Mestrado em Juventude e Sociedade, abordando temas como diversidade cultural, desigualdades sociais e juventude na globalização. Sua pesquisa foca nas dinâmicas territoriais da imigração, diversidade religiosa nas escolas catalãs e exclusão social. Entre suas publicações destacam-se estudos sobre multiculturalismo na educação e transformações sociais em regiões como o Pla d'Urgell. Participa de projetos de investigação sobre juventude, território e convivência intercultural.

Como citar este artigo:

CHECCHETTO, Pedro Desidério; ROSA, Elisa Zaneratto; COLL, Jordi Domingo. Juventude nem-nem: uma análise comparativa entre Brasil e Espanha. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**. vol. 15, n. 2, p. 53-68, 33ª Edição, 2025. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>.

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR